

Governo dará cargos

Jornal de Brasília

em troca de apoio

Neilo Rodrigues

Luis Joca

O Palácio do Planalto já tem a fórmula para acalmar as dissidências que vem enfrentando dentro do Congresso Nacional, e da Assembléia Nacional Constituinte. Não é nada de novo. É, simplesmente, a distribuição de cargos do Governo Federal nas unidades da federação — são mais de 10 mil — promovendo um "realinhamento" de acordo com candidatos eleitos no pleito de 15 de novembro.

A informação é de um ministro de Estado, do PMDB (partido que mais ganhará com essa manobra de fisiologismo político), confirmada, ontem, por um outro assessor direto do presidente José Sarney, com gabinete no Palácio do Planalto. Com isso, quem perderá mais será o PFL, que fez apenas um dos 23 governadores, contra 22 do PMDB.

As duas principais "fontes distribuidoras" de cargos serão o líder da maioria na Câmara, Carlos Santana, e o próprio presidente Sarney. O primeiro, através de entendimentos com os mais de 60% dos novos parlamentares. O segundo, em negociação com os governadores de estado eleitos que, em muitos casos, estão esperando por isso para desalojar funcionários do Governo Federal que apoiaram candidatos derrotados na eleição.

Bloco suprapartidário

Os entendimentos não ficarão restritos apenas ao PMDB, pois o governo acredita que haverá grupos de parlamentares progressistas que não aceitarão o fisiologismo. Daí, as negociações serem estendidas a partidos como o PDS, PTB ou PL, deixando de fora apenas agrêmiações como o PT e PDT, pois até os partidos comunistas têm aceito cargos no governo, que passa a ter apoio de um grande bloco suprapartidário.

Os empregos federais a serem oferecidos são muitos. Basta lembrar que em todos os municípios do País (este detalhe é do assessor palaciano) — 4.100 — obrigatoriamente têm um funcionário do ministério da Fazenda (coletor), da Agricultura, Saúde e Previdência Social. Só aqui são mais de 16 mil, mas com parte já ocupada por governistas.

Sem qualquer cerimônia, na Presidência da República se comenta que "quem não apóia o governo, não tem por que ocupar cargo público". Com esse entendimento, as dissidências dentro da Aliança Democrática não serão aceitas. Fora do PMDB e PFL, quem fizer oposição que incomode será chamado para "negociação".

Valdo Cavalcante



Frota Neto disse que Sarney estuda ampliação das bases de apoio político

Sarney quer Aliança mais fiel

«O presidente Sarney é fiel aos partidos da Aliança Democrática e o que se cobra é a reciprocidade deste sentimento». Foi para fazer esta afirmação que o secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto convocou, ontem, para uma longa entrevista, em seu gabinete, jornalistas de todos os órgãos de comunicação do Brasil e correspondentes estrangeiros. O programa do governo é o programa dos partidos da Aliança — em especial, na área econômica, ao programa do PMDB —, afirmou. Mas admitiu que o presidente está negociando com lideranças de outros partidos para ampliar sua base de sustentação e garantir a conclusão do processo de transição.

Segundo Frota Neto — ele afirmou que estava falando em seu próprio nome, enquanto secretário de Imprensa da Presidência da República e não como porta-voz do presidente Sarney — «O governo é a Aliança e nenhuma medida do governo pode ser alheia a esta base de sustentação». Alertando para que a participação dos políticos na estrutura governamental não pode ser só «física» mas que implica, na «solidariedade nos desdobramentos deste processo», o secretário garantiu que o presidente continuará cumprindo os compromissos que tem assumido publicamente e que estão em consonância com os compromissos e programas da Nova República: «Manter a economia em crescimento, melhorar a qualidade de vida da população e promover a transição dentro de um regime democrático e pacífico», ele enumerou.

«Sem discordâncias»

A partir do pressuposto de que «os



ministros representam os partidos, como é normal dentro de um regime democrático», Frota Neto concluiu que «não há discordâncias — especialmente quanto ao encaminhamento da política econômica — entre o governo e o PMDB». Se elas ocorrem, analisou o secretário, estão localizadas dentro do próprio partido, no exercício do debate que o presidente «não só admite como estimula», desde que ele não se caracteriza como «oposição» dentro do próprio governo.

A ampliação das bases de apoio político do governo, que está sendo estudada e encaminhada pelo presidente junto a políticos alheios da Aliança Democrática não significam, pela explicação do secretário de Imprensa, que se altere o sistema de coligação de forças que chegaram ao poder junto com Nova República. «A Aliança já está estruturada, mas quanto mais ampla a base de sustentação do governo mais espaço ele tem para ampliar suas metas», justificou antes de terminar a entrevista com a declaração enfática.

Mensagem pede políticos sérios

Seriedade e maturidade. Essas duas palavras encerram as exigências do presidente José Sarney aos políticos que integram a Aliança Democrática. E foi para transmitir essas exigências que Sarney incumbiu ontem ao secretário de imprensa, Frota Neto, a tarefa de dizer que o presidente continua fiel aos princípios e ideais que edificaram a Nova República e, portanto, quer reciprocidade.

O recado não se destina ao PMDB e ao PFL como um todo. Há pouco mais de cinco dias, Sarney começou a sentir que a turbulência inicial da Constituinte está passando. Os líderes políticos dos dois partidos do governo já estão conversando em outro tom, sem a intermediação dos recados através dos jornais e com disposição para entender que há empenho de Sarney em superar a crise econômica, porque as medidas corretivas estão sendo analisadas com seriedade.

Ele quis também lembrar aos políticos de curta memória que essas correções na economia deveriam ter sido feitas no mês de maio do ano passado e só não foram tomadas por exigências dos próprios partidos da Aliança Democrática, que temiam uma derrota nas urnas em 15 de novembro.

A mensagem presidencial, transmitida também em outras salas da Presidência, se destina a determinados políticos da Aliança que, no entendimento de Sarney, ainda estão fazendo «jogo de cena para a platéia», ou seja, ainda não desceram dos palanques da campanha eleitoral e buscam se afirmar na linha de frente da liderança política.

Embora compreenda a necessidade da turbulência dos primeiros momentos de

instalação da Constituinte, Sarney acredita que agora, passada a ebulição, os parlamentares da Aliança Democrática devem se solidarizar com o governo para promover as medidas corretivas contra as distorções econômicas e, principalmente, para evitar uma crise institucional que interrompa o processo de transição democrática.

Em uma longa entrevista concedida há pouco mais de seis meses, Sarney alertava para o risco de uma «primavera de Praga» no país. E ele continua com essa preocupação e não entende um fato: a quem interessa uma crise política? Para a esquerda seria um desastre e, para a direita, sem sentido, porque não se pode prever as consequências. Dentro dessa linha de pensamento, o presidente também não entende manifestações do estilo dos fazendeiros, realizada no último dia 12, e acredita que os organizadores, colocando o senhor Ronaldo Caiado, presidente da UDR entre eles, querem apenas desestabilizar o processo democrático, uma vez que suas reivindicações tinham sido atendidas antes da manifestação.

Sarney tem dito aos políticos com quem conversa que a crise econômica seria fatalmente vivida pelo país, não interessando quem ocupasse a Presidência, e que seu governo está enfrentando a questão com seriedade. E quer esse retorno por parte dos políticos. Vai mais longe ainda. Sarney apreciaria se as críticas e sugestões fossem colocadas em debate, no papel, e que essas sugestões fossem apresentadas inclusive pelo PDT, computado pelo presidente como um «partido grande» e que, portanto, deve também colaborar com suas propostas.

Oposição manterá independência

Difícilmente o governo vai obter o apoio político dos partidos de oposição para ampliar sua base parlamentar, atualmente restrita à Aliança Democrática (PMDB-PFL), como pretende o Palácio do Planalto. As lideranças do PDT, PT e PDS garantem que vão manter uma posição de independência em relação ao governo. Já o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), lembra que o presidente José Sarney já conta, teoricamente, com um apoio de dois terços da Constituinte com o PMDB e o PFL e «é inteiramente impossível» chegar a unanimidade.

Depois de assinalar que o PT é oposição ao governo desde o seu nascimento e não vai mudar sua atitude, o deputado José Genoíno (SP) disse que o presidente Sarney está querendo formar um bloco conservador no Congresso para defender os seus interesses.

O deputado petista assegurou que não há qualquer condição do seu partido suspender a oposição que faz ao governo.

Ele adiantou que o PT continuará a defender um programa de mudanças reais como a reforma agrária, rompimento com o FMI e reajustes reais de salários. Na área institucional, os deputados do PT vão lutar pela soberania da Assembléia Constituinte.

Por sua vez, o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, quer saber as propostas do governo para debelar a crise econômica e social que vive o país.

Ele disse que o seu partido não quer aprofundar a fraqueza do governo ou desejar a sua queda, mas, ao contrário, quer que as instituições sejam fortalecidas e as dificuldades afastadas.

Mais sarcástico, o líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, afirma que primeiro o governo tem que soldar a aliança no PMDB e no PFL para depois buscar apoio nos outros partidos. «O que o presidente quer é suprir os buracos de seu apoio político oriundo da Aliança Democrática», entende Amaral, completando que o governo está encontrando grande dificuldade de apoio nos partidos da Aliança. «Como é que as esquerdas do PMDB podem apoiar a volta do país ao FMI», indaga.

O líder do PCB na Câmara, Roberto Freire, esclareceu que apoia o governo apesar das suas indefinições nunca fecharam incondicionalmente com ninguém. Segundo Freire, o apoio do PCB ao governo é em virtude dos adversários serem hoje adversários do partido como os grandes latifundiários e o empresariado.

Ainda ontem, os líderes do PDS, PFL, PDC, PL, PTB e PMB (representando 197 constituintes) reuniram-se para pedir uma maior transparência das decisões governamentais na área econômica. As lideranças também manifestaram preocupação no sentido de que a crise econômica possa interferir na elaboração da nova Constituição.